



VIII ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA
5 a 7 de agosto de 2009
Cuiabá - Mato Grosso - Brasil

CONCEPÇÕES E VISÕES DOS CENTROS DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

José de Arimatéia Dias Valadão (UNIR) - arimateiavaladao@hotmail.com

Licenciado em Matemática, Pós-Graduado em Educação Matemática e Mestrando em Administração pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Osmar Siena (UNIR) - siena@unir.br

Doutor em Engenharia de Produção e Docente do Programa de Mestrado em Administração (PPGMAD) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

CONCEPÇÕES E VISÕES DOS CENTROS DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Resumo

O trabalho tem como foco um Centro de Formação por Alternância, a Escola Família Agrícola (EFA) Itapirema, com objetivo principal de identificar e analisar as visões ambientalistas e as concepções de desenvolvimento rural sustentável presentes nos documentos e na atuação da escola. Em termos conceituais, o trabalho discute o ambientalismo, o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento rural sustentável. As informações foram extraídas de materiais e documentos oficiais da instituição. A técnica adotada, a análise de conteúdo, foi utilizada por meio de pré-análise, para organização, seleção e priorização dos materiais de estudo; a categorização, para definição das concepções abordadas; a qualificação das abordagens e a interpretação dos conteúdos analisados. Foi possível identificar que a visão ambientalista da EFA procura conciliar desenvolvimento técnico-científico com regulação dos recursos naturais, mas com maior ênfase para os aspectos conservacionistas. A concepção de desenvolvimento rural sustentável da escola procura conciliar a visão sustentabilista por meio da modernização ecológica e a visão socioambientalista, através da permanência dos jovens na propriedade e da sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: Ambientalismo, Desenvolvimento Rural Sustentável, Formação Profissional.

Abstract

The paper discusses the performance of the Escola Família Agrícola (EFA) Itapirema as a center of professional education, with focus on sustainable rural development. The main objective was to identify and analyze environmental visions and conceptions of sustainable rural development in documents and the performance of the school. In conceptual terms, the paper discusses the environmentalism, sustainable development and sustainable rural development. The information had been extracted of materials and official documents of the institution. The technique adopted, the analysis of content, was used by pre-analysis, for organization, prioritization and selection of material for study, the classification for defining the concepts addressed, and the qualification of approaches and interpretation of the content analyzed. It was possible to identify a vision of EFA environmentalist who seeks to reconcile development with technical and scientific regulation of natural resources, but with relevance to the conservation aspects. His concept of sustainable rural development seeks to reconcile the vision sustainability through ecological modernization with social vision, through the stay of young people in property and environmental sustainability.

Keywords: Environmentalism, Sustainable Rural Development, Professional Formation.

1 Introdução

A Escola Família Agrícola (EFA) Itapirema é uma instituição de promoção do desenvolvimento rural sustentável, tendo a educação, por intermédio do curso técnico, como um de seus pilares. A Escola faz parte de um movimento de centros educativos rurais em regime de alternância onde criaram empiricamente uma estrutura de formação de responsabilidade dos próprios pais e das organizações sociais locais. Seu surgimento se deu na França, na década de 30, do século passado, por meio de um grupo de agricultores que não queriam que seus filhos fossem para a cidade estudar. Assim, deram início à primeira “Maison Familiale Rurale”, como era chamada na França, organização comunitária e de abrangência das paróquias locais. Logo o modelo se espalhou por toda a França e outros países da Europa.

No Brasil, os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), como são hoje designados, por envolverem as EFAs, as Casas Familiares Rurais (CFR) e outros centros que trabalham em regime de alternância, tiveram início por volta de 1960. A partir de 1980 houve um maior avanço principalmente pela criação da União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil (UNEFAB), que fomentou a disseminação em todo o país. Em Rondônia, a partir do ano de 1990, iniciaram suas atividades várias EFAs no Estado, dentre elas, a Escola Família Agrícola Itapirema, na zona rural do município de Ji-Paraná.

A Escola é gerida pela associação de famílias que a compõe e buscam projetos, parcerias e convênios para a sua sustentabilidade. Em 1992 foi criada a Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia (AEFARO), que passou a ser a mantenedora e assessora pedagógica das EFAs do estado. A AEFARO é responsável pelo andamento dos centros e procura assegurar que os princípios e missão da instituição sejam aplicados.

EFA adota a Pedagogia da Alternância, que é um processo de ensino-aprendizagem que acontece em espaços diferenciados e alternados. “O primeiro é o espaço familiar e a comunidade de origem (realidade); em segundo, a escola onde o educando partilha os diversos saberes que possui com os outros atores e reflete sobre eles em bases científicas (reflexão).” (PALITOT, 2007, p. 18). Os períodos alternados variam de escola para escola, onde trabalho e experiências sociais no meio integram o currículo, constituindo os conteúdos vivenciais básicos da ação educativa da escola.

A EFA Itapirema tem como missão, conforme consta no seu Projeto Político Pedagógico (2006), “[...] o desenvolvimento do meio rural, através da formação dos jovens, sobretudo, os trabalhadores rurais, através de um projeto educativo integral apropriado à

realidade do campo e o seu desenvolvimento.”. Sua finalidade é a formação integral do jovem adequando o processo ensino-aprendizagem ao seu modo de vida, buscando o seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Como instituição que visa a promoção do desenvolvimento rural sustentável, a EFA Itapirema deve ter posição em relação às visões e concepções sobre os assuntos diretamente relacionados ao seu foco de atuação. O presente trabalho visa analisar as visões e concepções dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), na promoção do desenvolvimento rural sustentável por intermédio da análise documental das diretrizes e produções bibliográficas da EFA Itapirema. Neste sentido, este estudo procura responder a seguinte questão: Quais as visões ambientalistas e quais as concepções de desenvolvimento rural sustentável presentes na EFA?

2 Ambientalismo e desenvolvimento sustentável

As mais recentes idéias ecológicas remontam ao século XIX, mas o ambientalismo como causa e efeito de uma profunda mudança de mentalidade surgem no contexto da pós-II Guerra Mundial, basicamente nos anos de 1950 e 1960. Para Leff (2006), essa mudança ocorre nas últimas décadas como a crise da civilização, percebida, por um lado, como o resultado da pressão exercida pelo crescimento da população sobre os limitados recursos do planeta; por outro, como o efeito da acumulação do capital e da maximização da taxa de lucro em curto prazo.

A complexidade e a dinâmica das questões ambientais têm tomado diferentes caminhos. Num extremo, a concepção tecnocêntrica, que, segundo Pearce (1993), tem como rótulo ambiental a exploração dos recursos e o livre mercado como estratégia de gestão para a maximização do crescimento econômico. No outro, a concepção da ecologia profunda (ecocêntrica), em defesa da economia verde profunda e uma estratégia de gestão de escala reduzida da economia e da população.

Essas alternativas para crise ambiental podem ser sintetizadas, na opinião de Mabratu (1998), em três grandes grupos: a) a economia neoclássica, considerando que o ambiente é subestimado, usado em demasia e degradado, propõe como alternativa determinar o preço do “material ambiental” de acordo com a curva da oferta e procura, taxando a demanda ambiental e subsidiando o melhoramento do ambiente ou criar mercado para os bens ambientais através da permissão negociada entre firmas e consumidores; b) a ecologia profunda, considera que a natureza é um sistema auto-organizador que responde, altera e

evolui no tempo por meio de um grande conjunto de variáveis quase estáveis, propõe a substituição da hierarquia antropocêntrica pelo igualitarismo biocêntrico, considerando a fertilidade e diversidade da vida como um valor em si mesmo; e, c) a ecologia social que procura conciliar a visão reducionista da economia com a visão holística da ecologia profunda como uma forma de superar o atual dualismo predominante.

A evolução das discussões sobre formas de desenvolvimento tem um paralelo com o movimento ambientalista da segunda metade do século XX.

Como movimento organizado, o primeiro pensamento ambientalista surgiu no século XIX, em defesa da natureza, numa visão de “Culto ao silvestre” (preservacionismo); a segunda expressão do movimento, denominada “Evangelho da Ecoeficiência”, foi iniciada pelo chefe do serviço florestal dos EUA, com base nos métodos europeus de manejo florestal científico, com perspectiva utilitarista (sustentabilismo); a terceira expressão do ambientalismo organizado, o “Ecologismo dos Pobres”, foi fortalecida principalmente a partir da década de 1980, com a luta de indígenas e camponeses do terceiro mundo e o movimento da justiça ambiental nos EUA (socioambientalismo) (MARTINEZ-ALIER, 2007).

O preservacionismo influenciou o surgimento dos Parques Nacionais nos EUA e engloba a visão da natureza selvagem e frágil, necessitando ser intocada e objeto de proteção pela humanidade (MARTINEZ-ALIER, 2007). O sustentabilismo surge em torno das concepções de ecoeficiência, modernização ecológica e da economia ecológica. Há preocupação com o crescimento econômico e seus impactos no meio ambiente e na saúde humana. Essa corrente teve início com os métodos de manejo florestal científico, há mais de cem anos, e foi fortalecida nos anos 1990, centrada no uso da tecnologia para o combate do desperdício e da poluição industrial (MARTINEZ-ALIER, 2007). O socioambientalismo, segundo Diegues (2000), é composto pelo “ecologismo social” ou “ambientalismo camponês”. Martinez-Alier (2007) o concebe no âmbito da ecologia política e demonstra que em sua base estão os conflitos distributivos dos custos e benefícios da utilização ou preservação dos recursos naturais.

As atividades desempenhadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) parecem ter favorecido o desenvolvimento da linguagem da concepção sustentabilista. O Relatório Brundtland de 1987 – Nosso Futuro Comum – produzido pela ONU popularizou o conceito de desenvolvimento sustentável que na visão de Hajer (1995), constitui uma declaração do paradigma da modernização ecológica. Conforme Mebratu (1998), desde o reconhecimento e posterior popularização do termo a partir de 1987, muitos esforços têm sido realizados por

diferentes grupos, organizações e pessoas para entender o significado do conceito desenvolvimento sustentável. Entretanto, por vago e ambíguo, cada um o interpreta de acordo com seus valores e preferências.

Para Veiga (2006) o desenvolvimento na perspectiva sustentável tem três tipos de usuários, de um lado os panglossianos que acreditam que não exista dilema entre conservação ambiental e crescimento econômico. No outro extremo estão os apocalípticos, que evocam a entropia. E no meio está a maioria dos analistas não-dogmáticos, com posições variadas diante da dificuldade de demonstrar uma das duas possibilidades dessa polêmica. Por mais que essas discussões florescessem, a idéia de desenvolvimento sustentável ainda é, conforme Veiga (2008), uma noção nebulosa e ambígua, não existindo consenso entre o que deve ser sustentado e tampouco sobre o que significa sustentar (BELLEN, 2006).

O desenvolvimento sustentável pode ser entendido como um processo de melhoria da qualidade de vida de toda população, baseada na definição do Relatório de Brundtland que o define como a capacidade das populações presentes de suprir suas necessidades sem comprometer às das futuras gerações. Nessa visão, conforme Cavalcanti (1994), é grande a preocupação com a sustentabilidade do planeta, justificada pelas condições em que são desenvolvidas as atividades econômicas e pelas perspectivas dos fenômenos de dimensões ecológicas.

3 Desenvolvimento rural sustentável

Para Ramos (2008), a expressão desenvolvimento rural sustentável é uma terminologia bastante utilizada por diferentes segmentos do setor político, econômico e ambiental, fazendo parte do cotidiano de economistas, políticos ou cientistas preocupados com a preservação da vida no planeta. O debate sobre esse tema tomou forma a partir do momento em que os movimentos sociais, redes, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e outros organismos da sociedade civil, através do Fórum Mundial Social, definiram que o desenvolvimento rural sustentável seria a principal estratégia para se buscar o desenvolvimento econômico em sintonia com a redução das desigualdades sociais e a preservação dos recursos naturais renováveis.

Na concepção de desenvolvimento rural sustentável, Veiga (2000; 2001) coloca que no processo de desenvolvimento rural a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar, o empreendedorismo local e a ajuda do estado são elementos chaves para o desenvolvimento rural no Brasil. Veiga argumenta que o desenvolvimento rural é basicamente de caráter local e

regional, com maior desenvolvimento nas regiões com maior complexidade de organização dos fatores endógenos, de forma a direcioná-los para o fortalecimento de organizações sociais, aumentando a autonomia local nas tomadas de decisões. Navarro (2001) propõe uma distinção entre desenvolvimento agrícola, agrário e rural: o primeiro se refere ao sentido estritamente produtivo, sendo a base material da produção agropecuária; desenvolvimento agrário vai além do desenvolvimento agrícola, são as interpretações acerca do rural e suas relações com a sociedade; o desenvolvimento rural tem característica específica, onde a ação previamente articulada que induz mudanças em todo ambiente rural. Para Navarro, a contextualização do desenvolvimento rural sustentável nessa concepção é estritamente ambiental, ou seja, a idéia de sustentabilidade indica a necessidade e as estratégias de desenvolvimento rural numa compreensão de dimensões ambientais.

Para Brandenburg (2005) a reorganização dos espaços rurais diante do avanço da globalização, por um lado aponta para o desaparecimento de um rural agrícola, face aos processos contínuos de urbanização e industrialização; por outro, para a reconstrução de uma ruralidade que resgata um mundo da vida rural articulado com valores urbanos. Na primeira visão, o rural deixa de ser um lugar que privilegia a agricultura, caminhando para um espaço de múltiplas atividades. Brandenburg (2005) sintetizando idéias de vários autores destaca que é possível deduzir que a terra perde importância como recurso produtivo à medida que a produção é realizada em ambientes construídos. Nessa visão, o progresso tecnológico exerce papel preponderante diante da reorganização das atividades rurais. Os recursos tecnológicos da informática e da engenharia genética estariam na ponta desse processo de transformação. Nesse contexto, “[...] o ambiente rural seria reconstruído na perspectiva de uma sociedade industrializada, onde as especificidades entre as atividades desaparecem, uma que a lógica da racionalidade técnico-instrumental seria determinante nos processos de reorganização social.” (BRANDENBURG, 2005, p. 7-8).

Na segunda visão, de reconstrução da ruralidade, Brandenburg (2005), baseado principalmente em Wanderley (2000), destaca que o mundo rural não deixa de existir para a sociedade. Para o referido autor, nessa visão, na medida em que o campo se esvazia pelo processo de industrialização, há uma reconstrução de relações sociais no meio rural mediante categorias sociais que permanecem no campo e que são valorizadas no contexto de políticas públicas.

A maioria dos agricultores familiares no processo de organização social e produtiva reconstrói relações socioambientais que não se baseiam exclusivamente em valores urbanos. Essas relações anteriormente, caracteristicamente dicotômicas, apresentam neste contexto

complementaridade, onde embora as comunidades rurais, os núcleos, povoadamentos ou pequenas vilas ou cidades possam ser dotadas de infraestrutura de lazer, energia, saneamento e serviços, com características dos centros urbanos, também expressam um modo de vida que tem suas raízes no meio rural.

Brandenburg (2005) considera que na perspectiva do socioambientalismo as duas correntes de interpretação do rural podem ser compreendidas na perspectiva da modernização ecológica ou na perspectiva da teoria crítica ou da modernidade reflexiva. Sob o ponto de vista da teoria da modernização ecológica, uma infraestrutura técnico-econômica renovada por um industrialismo ecológico fundamentaria o novo rural emergente. Na perspectiva da teoria crítica da modernidade, a reconstrução do ambiente rural constitui a escalada de um processo de reencantamento do mundo.

Assim, a discussão sobre agricultura sustentável também não alcançou consenso em torno da sua definição. Segundo Ehlers (1998), o que se tem é uma amplitude de conceitos que permite abrigar uma gama de interesses abrangendo tanto setores mais conservadores, como tendências mais radicais.

Para Ehlers os setores mais conservadores contentariam com um simples ajuste nos atuais padrões produtivos, enquanto os mais radicais defendem mudanças em todo o sistema agroalimentar. Na visão mais conservadora, incluindo as empresas produtoras de insumos, a noção de agricultura sustentável tem uma proximidade muito grande com o padrão convencional, porém praticado de forma a se obter mais eficiência e racionalidade. Nesta visão, o caminho da sustentabilidade passaria pela redução do uso de insumos industriais, na aplicação mais eficiente ou mesmo na substituição dos agroquímicos por insumos biológicos ou biotecnológicos; ações dessa natureza seriam suficientes para consolidação do novo paradigma. Nessa perspectiva, a agricultura sustentável é algo mais palpável, um objetivo em curto prazo. Por outro lado, as tendências mais radicais, onde se encontram as organizações não-governamentais, visualizam a agricultura sustentável como possibilidade de promover transformações sociais, econômicas e ambientais em todo o sistema agroalimentar. Destacam-se nessa vertente a erradicação da fome e da miséria, a promoção de melhorias na qualidade de vida e a democratização do uso da terra, como desafios a serem superados. Nesse caso, a noção de sustentabilidade entra para o conjunto de grandes utopias modernas, como a justiça social, a liberdade e a democracia, sendo entendida como um objetivo em longo prazo (EHLERS, 1998, p.92).

Apesar das contradições e das diferentes tendências em torno da noção de agricultura sustentável, várias evidências permitiram comprovar a hipótese de que, mais do que um conjunto definido de práticas, a agricultura sustentável é hoje apenas objetivo. O que varia – e muito – é a expectativa em relação ao teor das mudanças contidas nesse objetivo e, conseqüentemente, o prazo para seu estabelecimento.

Para Fernández e Garcia (2001), não se pode delimitar desenvolvimento a crescimento populacional ou aumento da produção de grãos. Desenvolver localmente uma região vai muito além, pois “[...] a agricultura é uma atividade que depende, necessariamente, dos recursos naturais e dos processos ecológicos e, na mesma medida, dos desenvolvimentos técnicos humanos e de trabalho.” (FERNÁNDEZ; GARCIA, 2001, p. 17).

[...] também não existe desenvolvimento rural que possa ser separado e independe do desenvolvimento urbano, tanto quanto não pode existir um desenvolvimento agrícola que dispense o desenvolvimento comercial e industrial. (VEIGA, 2000, p. 12).

Assim, desenvolvimento rural sustentável não abarca somente aspectos econômicos e/ou produtivos de uma determinada região específica da zona rural; é processo interativo, sobretudo humano e ecológico, pois ele deve ser sustentável do ponto de vista ambiental, economicamente viável e socialmente aceitável (FERNÁNDEZ; GARCIA, 2001). Esta é também a visão de Calvo (2002) quando afirma que seu principal objetivo é a promoção e o progresso das pessoas, das famílias, dos povos e das regiões.

4 Procedimentos metodológicos

O trabalho objetivou estudar a EFA Itapirema localizada na linha 04, km 09 do município de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia. A investigação foi realizada por meio da análise de conteúdo de seus principais documentos e diretrizes de trabalho.

A análise de conteúdo é, conforme Bardin (2004), um conjunto de técnicas de análise visando obter qualitativamente ou quantitativamente indicadores que permitem obter conhecimentos relativos à produção documentais, objetivando extrair mensagens que permitam a geração de novos conhecimentos.

Para obtenção da visão da EFA sobre ambientalismo e desenvolvimento rural sustentável, a análise foi distribuída da seguinte forma: pré-análise, com seleção dos materiais a serem trabalhados, objetivando trabalhar com os materiais de maior relevância para a pesquisa; categorização, determinando as características e dimensões abordadas; qualificação, visando relacionar as visões e concepções abordadas na teoria com a proposta da EFA; e

interpretação, objetivando analisar os conteúdos encontrados com as propostas correntes na literatura e gerar conhecimento a cerca das características de desenvolvimento rural sustentável da EFA.

Para obtenção das informações a pesquisa foi estruturada a partir da seleção do material e da hierarquização dos documentos analisados. Após leitura flutuante dos documentos (DELLAGNELO; SILVA, 2005), os materiais foram selecionados para averiguação, conforme quadro 1.

Material	Conteúdos analisados	Motivo da escolha
Projeto Político e Pedagógico	<ul style="list-style-type: none"> • Definição e caracterização da instituição; • Necessidade social do curso; • Princípios filosóficos da EFA; • Missão e finalidades da EFA. 	É a principal diretriz da Escola, com elaboração participativa de toda a comunidade escolar.
Plano de Curso	<ul style="list-style-type: none"> • A justificação do curso e seus objetivos; • Público alvo atendido pela EFA; • Perfil profissional dos egressos; • Organização curricular do curso. 	É a documento norteador do Curso Técnico oferecido pela EFA, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação.
Plano de Formação	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização do plano; • Organização dos Planos de Estudo. 	Define a metodologia trabalhada pela EFA.
Revista de formação por alternância	<ul style="list-style-type: none"> • Textos formativos em alternância; • Resultados de trabalhos das EFAs; • Ações que estão sendo desenvolvidas. 	É o principal periódico de circulação nacional que mostra os trabalhos desenvolvidos.
Livros	<ul style="list-style-type: none"> • Pedagogia da Alternância; • Desenvolvimento rural sustentável. 	As principais referências utilizadas nos cursos de formação de pessoal.

Quadro 1 – Materiais selecionados para análise.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para categorização das visões ambientalistas identificadas na literatura e visando o confronto com as visões assumidas pela EFA, foram escolhidas abordagens da economia neoclássica, da ecologia profunda e as conservacionistas para nortear as diversas vertentes na direção do desenvolvimento sustentável. O quadro 2 apresenta as abordagens.

Com relação ao desenvolvimento rural sustentável, as principais concepções abordadas foram a sustentabilista, que visa reorganização dos espaços rurais diante do avanço da globalização e a socioambientalista que visualiza uma nova articulação entre os ambientes rurais e urbanos. O quadro 3 traz algumas abordagens dessas concepções.

Visão	Abordagem	Autores
Economia Neoclássica	<ul style="list-style-type: none"> • Tem como rótulo ambiental a exploração dos recursos; • Livre mercado como estratégia de gestão para a maximização do crescimento econômico. • Determinar o preço do “material ambiental” de acordo com a curva da oferta e procura; • Taxar a demanda ambiental e subsidiar o melhoramento do ambiente; • Criar mercado para os bens ambientais através da permissão negociada entre firmas e consumidores. 	(PEARCE, 1993) (MABRATU, 1998)
Conservacionista	<ul style="list-style-type: none"> • Conservacionismo dos recursos, numa visão gerencial; • Modificação do crescimento econômico, norma do capital constante; • Equidade entre as gerações; • Melhoria da qualidade de vida de toda a população; • Capacidade das populações presentes de suprir suas necessidades sem comprometer às das futuras gerações; 	(PEARCE, 1993) (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987)
Ecologia profunda	<ul style="list-style-type: none"> • Economia verde profunda; • Estratégia de gestão de escala reduzida da economia e da população; • Considera que a natureza é um sistema auto-organizado; • Propõe a substituição da hierarquia antropocêntrica pelo igualitarismo biocêntrico; • Considera a fertilidade e diversidade da vida como um valor em si mesmo. 	(PEARCE, 1993) (MABRATU, 1998)

Quadro 2 – Visões ambientalistas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Concepção	Abordagem	Autores
Sustentabilismo	<ul style="list-style-type: none"> • Visa a ecoeficiência e modernização; • Preocupação com o crescimento econômico e seus impactos no meio ambiente e na saúde humana. • Uso dos recursos tecnológicos da informática e da engenharia genética; • Perspectiva de uma sociedade industrializada, onde as especificidades entre as atividades desaparecem; • Lógica da racionalidade técnico-instrumental como determinante nos processos de reorganização social. • Redução do uso de insumos industriais na aplicação mais eficiente ou mesmo na substituição dos agroquímicos por insumos biológicos ou biotecnológicos. 	(MARTINEZ-ALIER, 2007) (BRANDENBURG, 2005) (EHLERS, 1998)
Socioambientalismo	<ul style="list-style-type: none"> • Visa o ecologismo social ou o ambientalismo na perspectiva do camponês. • Em sua base estão os conflitos distributivos dos custos e benefícios da utilização ou preservação dos recursos naturais. • É basicamente de caráter local e regional, com maior desenvolvimento nas regiões com maior complexidade de organização dos fatores endógenos; • Direciona-se para o fortalecimento de organizações sociais, aumentando a autonomia local nas tomadas de decisões. • Os agricultores familiares no processo de organização social e produtiva reconstróem relações socioambientais que não se baseiam exclusivamente em valores urbanos; 	(DIEGUES, 2000) (MARTINEZ-ALIER, 2007) (VEIGA, 2000; 2001) (WANDERLEY, 2000)

Quadro 3 – Concepções de desenvolvimento rural sustentável.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise realizada foi qualitativa, ou seja, não levando somente em consideração a quantidade que cada elemento aparece nos textos, partindo do princípio de que as unidades de registro refletem importância muito mais pela forma como são colocadas do que pelo número de vezes que aparecem. Neste sentido, foram avaliadas principalmente a intensidade e direção das unidades de registros, na perspectiva de que o “[...] uso de regras de enumeração [quantificação] como a intensidade e direção de determinadas idéias [...] utilizadas na análise, consolidam sobremaneira a força de qualquer argumento.” (DELLAGNELO; SILVA, 2005, p. 109).

A interpretação dos resultados da análise foi feita relacionando as informações relevantes dos materiais estudados, preservando o caráter qualitativo descritivo dos textos, recorrendo sempre a citações dos documentos ou de contexto para relacionar com as concepções e visões previamente estabelecidas. De acordo com Amado (2000), as citações não têm somente função de ilustrações, têm, sobretudo, funções fundamentais como de retórica, analítica e probatória.

5 Resultados e discussão

Na análise da visão ambientalista e de suas concepções de desenvolvimento rural sustentável, as publicações que servem de base para o trabalho de formação da EFA estão direcionadas para aspectos que relacionam Pedagogia da Alternância com a formação em desenvolvimento sustentável advindo, principalmente, de: seminários regionais, nacionais e internacionais, que discutem temas como a alternância e desenvolvimento pessoal, alternância e desenvolvimento do meio e alternância e a parceria entre a família e o meio sócio-profissional (UNEFAB, 1999); ou pedagogia e cultura da sustentabilidade, formação pessoal e desenvolvimento local e a formação entre o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento humano (UNEFAB, 2002); e, a Revista de Formação por Alternância, publicada semestralmente, que discute, dentre outros temas, o desenvolvimento sustentável, com reflexões sobre o desenvolvimento, desenvolvimento sustentável em tempos de travessia e modelo de desenvolvimento sustentável possível (REVISTA DA FORMAÇÃO EM ALTERNÂNCIA, 2008).

Os textos analisados discutem também a questão do desenvolvimento sustentável na visão de que o meio onde se situa uma EFA é “[...] o resultado da interação de diferentes atores. Esta interação se concretiza dentro de uma perspectiva global, em um movimento que

abrange todas as atividades e todas as dimensões humanas, econômicas, sociais, culturais, ambientais.” (FORGEARD, 1999). Apresentam também a Pedagogia da Alternância adotada pela EFA como um processo de ensino-aprendizagem que acontece em espaços diferenciados e alternados. “O primeiro é o espaço familiar e a comunidade de origem (realidade); em segundo, a escola onde o educando partilha os diversos saberes que possui com os outros atores e reflete sobre eles em bases científicas (reflexão).” (PALITOT, 2007, p. 18). Estes períodos alternados variam de escola para escola, onde trabalho e as experiências sociais no meio integram o currículo, constituindo os conteúdos vivenciais básicos da ação educativa da escola.

A partir das publicações analisadas identifica-se a importância que é dada à formação pessoal dentro da Pedagogia da Alternância. A formação humana é elemento chave do princípio de desenvolvimento da EFA. Aspectos que reforçam essa idéia são as publicações que relacionam a família e o meio sócio-profissional, a formação pessoal e o desenvolvimento local e humano. Nesta visão, aparece a idéia de melhoria da qualidade de vida das pessoas (Relatório de Brundtland) e a preocupação com a continuidade da vida da propriedade para a futura geração, a partir da qualificação profissional dos filhos e netos. A discussão sobre desenvolvimento mostra que na busca da sustentabilidade, deve-se primeiro valorizar os recursos locais, não havendo necessidade de propor um modelo a ser seguido ou reproduzido, mas tomar consciência da situação e agir em busca de soluções.

Outra vertente presente nas publicações da EFA é a idéia de desenvolvimento local, como se observa nessa passagem,

Quando se fala em desenvolvimento sustentável, são principalmente considerados elementos tais como a estabilidade, permanência e viabilidade, e não tanto os elementos massivos vindos do exterior. Trata-se principalmente de obter uma adequada combinação entre todos os elementos. Não será possível alcançar um verdadeiro desenvolvimento enquanto não for considerada a iniciativa local, com sua criatividade e potencialidade. (CALVO, 2002, p. 137).

Essa visão remete à concepção socioambientalista onde os fatores endógenos são destacados, ou seja, a combinação dos fatores socioeconômicos e históricos-culturais, reunidos num mesmo território, leva, conforme ressalta Schneider (2006), ao desenvolvimento de uma matriz produtiva e uma conformação social característicos na elevação das condições de vida das populações locais.

Na análise dos documentos internos da EFA Itapirema, particularmente na contextualização histórica do seu surgimento, conforme consta no Projeto Político Pedagógico, é possível identificar que a EFA surgiu na região a partir da mobilização dos

próprios agricultores locais que vislumbraram uma alternativa de educação para o meio rural, sem desvincular o aluno da sua família e da comunidade. Essa proposta é uma busca de respostas baseadas na produção de subsistência, conforme Palitot (2007), devido à falta de conhecimento de técnicas alternativas para a preservação ambiental: devido ao rápido processo de desmatamento, o preparo indevido do solo, o êxodo rural, a evasão escolar pela falta de respostas às reais necessidades dos jovens agricultores, adequando a necessidade da continuidade dos agricultores na sua propriedade com a conservação dos recursos naturais. Uma visão conservacionista na busca pela equidade a partir dos interesses coletivos.

A proposta curricular da Escola é oferecer aos jovens rurais uma conclusão da Educação Básica integrada com a Educação Profissional, “[...] permitindo que os mesmos sejam sujeitos do processo de desenvolvimento do nosso meio rural” (PPP, 2006, p. 5). Na visão da Escola, o curso Técnico em Agropecuária é o que mais reflete os anseios e aspirações das famílias que participam do projeto educativo da EFA, principalmente pelas características da zona rural e da falta de conhecimento técnico que as famílias enfrentam para continuar desenvolvendo sua propriedade.

O Curso na sua totalidade promoverá o exercício à cidadania, base para o sucesso das atividades produtivas, inclusive para o prosseguimento nos níveis mais elevados e complexos em educação e também para o desenvolvimento social. Ajudará no desenvolvimento da região através de profissionais preparados para enfrentar os desafios que a economia globalizada proporciona. (PPP, 2006, p. 5).

Com esta proposta curricular a Escola deixa a entender que a continuidade dos estudos é fundamental para as famílias rurais, destacando a educação como relevante indicador de desenvolvimento rural. A visão de que o curso técnico em agropecuária é o que melhor atende aos anseios e aspirações das famílias revelam uma concepção neoclássica de que o progresso científico no campo se faz necessário. Evidencia também a preocupação com o avanço da infraestrutura técnico-científica da agricultura familiar, como defendem os sustentabilistas.

A principal necessidade da implantação dessa educação diferenciada, segundo a Escola, é fazer com que os jovens não se desvinculem do meio onde residem e trabalham. Com essa idéia, além de valorizar o aspecto familiar, propõe-se também a trabalhar aspectos comunitários numa valorização das raízes culturais e multirraciais dos envolvidos. Essa proposta corrobora com a visão segunda a qual a melhoria da qualidade de vida dos povos, passa, antes de tudo, pelo aproveitamento dos sistemas tradicionais de gestão dos recursos e pelo processo participativo de identificação das necessidades das famílias e dos jovens oriundos dessas comunidades tradicionais (SACHS, 2002). Isto provoca no ambiente rural,

conforme visão socioambientalista, reconstrução das relações sociais, valorização dos aspectos culturais e racionalidade na relação com a natureza.

Como princípios filosóficos e pedagógicos, a EFA enfatiza o meio como fator privilegiado do processo ensino-aprendizagem, valorizando os laços familiares e a herança cultural camponesa, dentro de um projeto de educação que visa o desenvolvimento rural baseado no resgate da cidadania e na organização comunitária. Também contribui para melhoria na produção agrícola e outras atividades rurais economicamente viáveis e ecologicamente corretas propiciando a vida e o futuro no campo com qualidade e dignidade. Essa visão de meio como fator privilegiado deixa implícita, conforme Leff (2006), a noção de um sistema local repleto de conexões que circundam e englobam todos os aspectos vivenciados pelas famílias da comunidade por intermédio de processos biológicos, econômicos e culturais. Essa visão valoriza e prioriza os aspectos socioambientais e indica uma tendência ecológica de valorização da natureza em detrimento dos aspectos meramente produtivos.

A valorização dos laços familiares e da herança cultural camponesa evidencia que a EFA direciona seus trabalhos para o desenvolvimento de uma agricultura que não se preocupa somente como o mercado livre e competitivo, numa concepção de que as características sociais e culturais sobrepõem aos aspectos produtivos e econômicos; busca-se a maximização das igualdades em detrimento do avanço do livre mercado e da maximização dos lucros. A idéia de que o desenvolvimento rural deve ser baseado no resgate da cidadania e da organização comunitária, tem uma visão de comunidade sustentável a partir do momento em que as pessoas têm fortalecido o senso de iniciativa e solidariedade, com sólida capacidade de mobilização e consciência de direitos (ARAÚJO, 2008).

A EFA é entendida como uma entidade que tem como missão promover o desenvolvimento do meio rural, através da formação dos jovens, sobretudo, os trabalhadores rurais, por meio de um projeto educativo integral apropriado à realidade do campo e o seu desenvolvimento: “[...] trabalhar com dedicação, assumindo as causa dos trabalhadores rurais, adaptados à cultura do meio rural e acreditar no meio rural como uma das alternativas possíveis de solução para alguns problemas sociais e econômicos.” (PPP, 2006, p. 8). Nesta mesma vertente, há entendimento de que a educação para a cidadania e a qualificação profissional no meio rural é prioritária por ser um fator imprescindível para o desenvolvimento sustentável, impregnando toda uma política de formação da EFA. Desse modo, a proposta da EFA é conceber, conforme sugere Bartholo Júnior e Bursztyn (2001), o desenvolvimento sustentável como uma proposta que tem em seu horizonte uma modernidade

ética e não apenas uma modernidade técnica. Esta visão é sugerida pelos ecológicos em uma abordagem valorativa do uso dos recursos naturais, implicando incorporar ao horizonte da intervenção transformadora do mundo o compromisso da perenização da vida.

A EFA objetiva preparar o jovem agricultor para participar conscientemente e com preparação técnica conveniente do desenvolvimento do meio rural. Esse contexto que evidencia o uso da técnica para a promoção desse desenvolvimento é uma característica de valorização da empresa patronal, dos subsídios do mercado financeiro e das iniciativas globais de aumento da produção e do fortalecimento da agricultura, sendo adotada, em maior escala pelos sustentabilistas, como princípio de promoção desse desenvolvimento.

Verifica-se que a EFA procura desenvolver um projeto educativo que permita a todos os envolvidos no processo da Pedagogia da Alternância caminhar em direção ao crescimento humano-sócio-espiritual, ou seja, envolver, além dos jovens, a família e comunidade no processo de formação. Esse propósito, relacionado e entendido como meio para a condução e conservação dos fatores endógenos, destaca-se numa visão socioambientalista, onde as dimensões cultural e social, de acordo com Sachs (2007), resguardem a continuidade cultural e traduzam o desenvolvimento numa pluralidade de soluções, com maior equidade de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre ricos e pobres.

Por outro lado, a EFA, conforme consta de seus objetivos, visa preparar profissionais para atuar no meio rural, em empresas e instituições prestadoras de serviços para os setores diversos da economia. Essa disposição para atender o setor econômico da região, está alinhada à visão neoclássica, por intermédio do fortalecimento do mercado, orientado para o crescimento econômico.

A partir da análise realizada é possível sintetizar as visões ambientalistas da EFA, conforme quadro 4.

Visões	Indicadores Presentes nos Documentos
Neoclássica	<ul style="list-style-type: none"> • O curso técnico em agropecuária como fomentador de desenvolvimento; • A formação dos jovens para atuação no mercado; • O incentivo à produção e ao livre mercado a partir da produção da propriedade; • A busca pelo desenvolvimento na direção do progresso técnico e científico.
Conservacionista	<ul style="list-style-type: none"> • A busca pela conservação e preservação dos recursos naturais; • A proposta de recuperação de áreas degradadas, matas ciliares e inserção de sistemas agroflorestais; • Orientação para o desenvolvimento humano e equidade social; • Mudança sobre visão econômica – incorpora qualidade de vida e bem-estar; • Equidade e interesses coletivos através do fomento de organizações e instituições; • Valor e cuidado dos ecossistemas;
Ecologia profunda	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos e deveres a todas as espécies; • Forte regulação para tomada dos recursos através de formação ética.

Quadro 4 - Visões ambientalistas da EFA.

Fonte: Elaboração dos autores.

A formação pessoal na Escola procura despertar o aluno para a valorização do meio rural e do seu ambiente familiar e comunitário. A concepção intrinsecamente colocada nesta proposta é a de que o rural é lugar digno de se viver e que o desenvolvimento é dependente das questões agrícolas assim como do espaço urbano; a relação existente no ambiente familiar e comunitário promove qualidade de vida, bem-estar e riqueza.

A Escola trabalha, como pode ser notado por meio da sua estrutura curricular, numa visão agroecológica assentada na relação entre sustentabilidade ecológica, preservação da biodiversidade e a introdução de técnicas agrícolas não convencionais nas propriedades familiares. A visão de planeamento e empreendedorismo também é abordada para subsidiar as iniciativas de preservação e valorização do património cultural e compreender as multifuncionalidades do campo e a dinâmica das novas ruralidades existentes.

De modo geral, a EFA possui as seguintes concepções de desenvolvimento rural sustentável, conforme quadro 5.

Concepções	Indicadores Presentes nos Documentos
Sustentabilismo	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização dos sistemas de produção; • Empenho na manutenção da propriedade e desenvolvimento da propriedade produtiva; • Redução dos insumos na exploração da agricultura; • Desenvolvimento por meio do conhecimento técnico; • Avanço da infraestrutura técnico-científica da agricultura familiar;
Socioambientalismo	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo ao empreendedorismo local e iniciativas inovadoras; • Racionalidade no uso da natureza por meio do incentivo à conservação; • Promoção humana dos jovens e famílias; • Valorização dos aspectos culturais por meio da participação familiar e comunitária; • Reconstrução das relações sociais e valorização dos aspectos organizacionais; • Espaço rural como lugar digno de viver; • Caminho em direção ao crescimento humano-sócio-espiritual; • Proposta de modernidade ética na perenização da vida; • Apoio à dimensão local, através de conexões dos processos biológicos, econômicos e culturais; • Elevação das condições de vida das populações locais;

Quadro 5 – Concepções de desenvolvimento rural sustentável da EFA.

Fonte: Elaboração dos autores.

Diante da análise realizada a EFA pretende contribuir com curso na Área Agropecuária, cujo objetivo é amenizar os impactos de desenvolvimento desordenado; oferecendo ao jovem do meio rural a oportunidade de retornar à sua propriedade e transformá-la em um empreendimento rentável economicamente, além do desenvolvimento solidário do campo ampliando e fortalecendo parcerias formativas e financeiras necessárias ao desenvolvimento rural.

6 Conclusões e continuidade da pesquisa

A EFA com suas diretrizes e bases teóricas deixa evidente a intenção de trabalhar com uma proposta de desenvolvimento. Na sua visão ambientalista, é possível diagnosticar uma postura que é ao mesmo tempo: neoclássica, devido a concepção de que o curso técnico em agropecuária é instrumento fomentador de desenvolvimento, buscando uma formação dos jovens para atuação no mercado e incentivo à produção a partir da produção da propriedade e na busca pelo desenvolvimento na direção do progresso técnico e científico; e ecológica, com passagens em seus textos que propõem direitos e deveres a todas as espécies, com forte regulação do ambiente natural. Mas a principal característica de seus textos é a que conduz a uma vertente mais conservacionista, propondo a conservação e preservação dos recursos naturais com recuperação de áreas degradadas, matas ciliares e inserção de sistemas agroflorestais. A orientação é para o desenvolvimento humano e equidade social, com ênfase na qualidade de vida e bem-estar das pessoas. É reforçada em todos os documentos a idéia de valor e necessidade de cuidado com os ecossistemas naturais.

Com relação à concepção adotada de desenvolvimento rural sustentável, a EFA procura conciliar, principalmente, duas visões. A primeira enfatiza a atuação na formação técnica partindo do pressuposto que é possível conciliar desenvolvimento e preservação ambiental. Esta é a linha de atuação dos defensores do sustentabilismo, cujos pressupostos são a modernização ecológica e a ecoeficiência. Estes são também os fundamentos subjacentes ao entendimento do conceito de desenvolvimento sustentável mais difundido. Esta perspectiva consta claramente nas declarações da instituição, ao almejar uma educação voltada para a compreensão dos princípios científicos e tecnológicos de todo processo produtivo e social. EFA sustenta uma linha sustentabilista a partir da concepção de que é necessária a modernização dos sistemas de produção e manutenção da propriedade produtiva. Propõe, nessa concepção, a redução dos insumos na exploração da agricultura e o desenvolvimento por meio do conhecimento técnico. Nota-se a relevância da modernização da agricultura familiar por meio do avanço da infraestrutura técnico-científica para as propriedades.

Por outro lado, A EFA também incorpora as concepções do socioambientalismo ao defender e priorizar a formação de jovens que residem no campo na perspectiva de ali permanecerem, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida das famílias e garantindo a sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, a escola pretende trabalhar com o empreendedorismo local e iniciativas inovadoras por meio do incentivo à conservação dos recursos naturais e na promoção humana dos jovens e suas famílias, por meio da valorização

dos aspectos culturais e participação familiar e comunitária. Nesta vertente, a EFA tem como base teórica a reconstrução das relações sociais e valorização dos aspectos organizacionais, o crescimento humano e espiritual e o apoio à dimensão local, através de conexões dos processos biológicos, econômicos e culturais. Fica relevado nesta concepção, o conteúdo que reforça a busca da escola pela elevação das condições de vida das populações locais.

Para desenvolver trabalhos voltados ao desenvolvimento sustentável da região, foi possível constatar que a EFA possui um quadro teórico que pode proporcionar diretrizes gerais para toda sua equipe: diretores, professores, técnicos, dirigentes da associação, famílias e comunidades, no entanto, as aplicações dos referenciais por essa equipe não foram exploradas neste estudo. Por isso, a pesquisa terá continuidade visando diagnóstico dessas visões ambientalistas e de desenvolvimento rural sustentável nas concepções dos discentes, principalmente aqueles em fase de conclusão da sua formação, para levantar, dentre outros aspectos, a assimilação dessas vertentes na formação dos jovens. Vê-se ainda a necessidade de relacionar essas concepções com sua aplicação cotidiana, por meio de uma análise dos referenciais bibliográficos adotados, as metodologias utilizadas e os resultados práticos possíveis de detecção nas comunidades envolvidas.

Referências

AMADO, João da Silva. A técnica de análise de conteúdo. **Revista Referência**, n. 5, Novembro, 2000.

APOSTILA. **EFA Itapirema**: Plano de Curso. Ji-paraná, Fevereiro de 2006.

APOSTILA. **EFA Itapirema**: Projeto Político Pedagógico. Ji-paraná, Fevereiro de 2006.

ARAÚJO, Gisele Ferreira de. **Estratégias de sustentabilidade**: aspectos científicos, sociais e legais: contexto global: visão comparativa. São Paulo: Letras Jurídicas, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BARTHOLO JUNIOR, Roberto S., BURSZTYN, Marcel. Prudência e utopismo: ciência e educação para a sustentabilidade. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Ciência, ética e sustentabilidade**: desafios ao novo século. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 159-188.

BRANDENBURG, Alfio. Ciências Sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Ambiente & Sociedade**, v. VIII, n. 1, jan./jun., 2005.

CALVO, Pedro Puig. Formação pessoal e desenvolvimento local. In: UNEFAB, União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. **Formação em alternância e desenvolvimento sustentável**. Distrito Federal: CIDADE. p. 126-146 (II Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância. Brasília, 12 a 14 de novembro de 2002).

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. Biblioteca virtual de ciencias sociales de America Latina y El caribe, de la red de Centros Miembros de Clacso, 1994. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>. Acesso em 20 de março de 2009.

DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; SILVA, Rosimeri Carvalho da. Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa na administração. In: VIEIRA, Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes (Orgs). **Pesquisa qualitativa em administração**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 97-110.

DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

EHLERS, Eduardo Mazzaferro. O que se entende por agricultura sustentável?. In: VEIGA, José Eli (Org.). **Ciência Ambiental**: primeiros mestrados. 2.ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998. p. 81-102.

FORGEARD, Gilbert. Alternância e desenvolvimento do meio. In: UNEFAB. União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. **Pedagogia da Alternância: Alternância e Desenvolvimento**. 2 ed. Distrito Federal: CIDADE. p. 64-72. (Primeiro Seminário Internacional. Salvador, 03 a 05 novembro de 1999).

HAJER, Maarten. Ecological modernization as cultural politics. In: LASH, S. (Org.). **Risky, environment and modernity**. London: Sage, 1996. p. 246-268.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MABRATU, Desta. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environ Impact Asses Rev**, 1998, 18, 493-520.

MELO, Renata Faria de. **Análise do desenvolvimento rural na região do Alto Paranaíba**: caracterização dos municípios com base nos indicadores populacionais, econômicos, ambientais e de bem-estar social. 2005. 137 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MONTEIRO, Marcos Antonio (Coord.). **Retrato falado da alternância**: Sustentando o Desenvolvimento Rural Através da Educação. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil**: os limites do passado e os caminhos do futuro. Revista Estudos Avançados – “Dossiê do desenvolvimento rural”, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), v. 16 ed. n. 43, dez/2001.

PALITOT, Maria de F. de Souza. **Pedagogia da Alternância**: estudo exploratório na Escola Rural de Massaroca. 2007. 162 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

PEARCE, D. et al. **Environmental economics**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.

RAMOS, Celso Eduardo Pereira. **Limites, desafios e possibilidades do curso técnico subsequente da área agropecuária na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável no sudoeste do Paraná**. 2008. 156 p. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Paraná.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 96 p. (idéias sustentáveis).

_____. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, José Marcos; DIESEL, Vivien (Orgs.). **Desenvolvimento rural**: tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006. p. 15-63.

SIMÓN FERNÁNDEZ, Xavier; DOMÍNGUEZ GARCIA, Dolores. **Desenvolvimento rural sustentável**: Uma Proposta Agroecológica. Porto Alegre. Vol 02, n 02, abr/jun 2001.pg 17-25. Disponível em: <http://www.agroeco.org/brasil/material/desrursustbrasil.pdf>. Acesso em 05 de março de 2008.

WANDERLEY, M. N. “A valorização da agricultura e a reivindicação da ruralidade no Brasil.” In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade-natureza. Curitiba, Editora da UFPR. n.2. p 29 –29, 2000.

VEIGA, José Eli . **Desenvolvimento sustentável**: O desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: SENAC, 2006.

_____. **O desenvolvimento agrícola**: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

VEIGA, J. E. et al. **O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Séries Textos para discussão, número 1, NEAD, agosto 2001.